Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022

TGM/LA/TM 0794/23

•
Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022
Conteúdo
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis
Balanços patrimoniais
Demonstrações do resultado
Demonstrações do resultado abrangente
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis



Rua Major Quedinho, 90 Consolação - São Paulo, SP Brasil 01050-030



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Diretores da SP Leituras - Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da SP Leituras - Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura ("SP Leituras" ou "Associação"), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SP Leituras - Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião das demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

Incerteza sobre a capacidade de continuidade operacional

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 9 às demonstrações contábeis, a principal fonte de receita da Associação é provida pelo Governo do Estado de São Paulo, firmado por meio de um Contrato de Gestão, que custeia as principais atividades desenvolvidas pela Associação. O referido Contrato de Gestão também tem metas e indicadores de desempenho que devem ser performados.

Não obstante, o Contrato de Gestão n° 01.2021 tem o prazo de vigência até 31 de dezembro de 2025. A Associação pode ser contratada novamente se for atestado o bom desempenho na execução do contrato atual e desde que a proposta da Associação seja selecionada na convocação pública, conforme legislação vigente. Chamamos a atenção para os riscos relacionados à continuidade operacional da Associação, uma vez que existe uma dependência regular do recebimento dos recursos deste contrato para a manutenção das atividades operacionais da Associação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



Outros assuntos

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que são apresentadas de forma comparativa, foram auditadas por nós, cujo relatório de auditoria foi emitido em 17 de março de 2022 com ressalva sobre o ativo imobilizado e intangível. Em relação a ressalva, referente ao exercício de 2021, informamos que em 2022, a área de patrimônio da Secretaria da Cultura e Economia Criativa, realizou o levantamento presencial de todos os bens baseados na relação analítica do ativo imobilizado e intangível da SP Leituras, consequentemente foi emitido o termo de permissão de uso dos bens móveis. Nosso relatório não está mais ressalvado sobre esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2023.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.

CRC 2 SP 013/846/Q-1

Thiago Gonçalves Marques Contador CRC 1 SP 254881/0-8

Balanços patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Ativo			_
	Nota	2022	2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	8.119	8.815
Outros créditos	4	302	343
Despesas antecipadas		40	54
	·	8.461	9.212
Ativo não circulante			
Outros créditos	4	61	61
Imobilizado	5	1.829	1.309
Intangível	5	35	43
· ·	•	1.925	1.413
Total do ativo	-	10.386	10.625

Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2022	2021
Passivo circulante			
Fornecedores	6	1.113	587
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	7	1.325	1.142
Obrigações tributárias	8	60	64
Projetos a executar - Contrato de Gestão	9	5.416	6.993
	•	7.914	8.786
Passivo não circulante			
Obrigações com o Estado - imobilizado e intangível	10	1.859	1.345
Provisão contingências	11	202	202
-	•	2.061	1.547
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		292	11
Superávit do exercício		119	281
	•	411	292
Total do passivo e patrimônio líquido	•	10.386	10.625

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Receitas vinculadas			
Recursos governamentais - Contrato de Gestão		24.597	15.952
Recursos vinculados		516	621
Doações		307	110
Locação de espaços		76	40
Financeiras		1.048	184
Outras		16	221
Voluntários/Parcerias	16	73	544
	-	26.633	17.672
Despesas vinculadas			
Salários, encargos e benefícios	12	(10.428)	(9.052)
Serviços prestados por terceiros	13	(2.976)	(3.041)
Água, luz e telefone		(269)	(280)
Licença de uso de plataforma licença de uso de acervo	14	(4.454)	(293)
Gerais e administrativas	15	(1.023)	(623)
Manutenção e conservação		(579)	(1.154)
Programação	16	(5.322)	(1.376)
Acervo bibliográfico		(621)	(729)
Impostos, taxas e contribuições		(102)	(52)
Financeiras		(345)	(121)
Depreciação e amortização		(441)	(407)
Voluntários/Parcerias	17	(73)	(544)
Volument 1657 Y di Gori lus	-	(26.633)	(17.672)
Resultado das atividades vinculadas	-	-	-
Receitas operacionais não vinculadas			
Doações		1	-
Financeiras		37	-
Prestação de serviços		113	293
	•	151	293
Despesas operacionais não vinculadas			
Salários, encargos e benefícios		(10)	-
Serviços prestados por terceiros		-	(3)
Gerais e administrativas		(5)	(6)
Impostos, taxas e contribuições		(6)	<u>-</u>
Financeiras		(10)	(2)
Depreciação e amortização		(1)	(1)
	-	(32)	(12)
Superávit do exercício	-	119	281
	-		

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	2022	2021
Superávit do exercício	119	281
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	119	281

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Patrimônio Social	Superávit/(déficit) do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	12	(1)	11
Incorporação do déficit Superavit do exercício	(1) -	1 281	- 281
Saldos em 31 de dezembro de 2021	11	281	292
Incorporação do déficit Superávit do exercício	281	(281) 119	- 119
Saldos em 31 de dezembro de 2022	292	119	411

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	2022	2021
Das atividades operacionais		
Superávit do exercício	119	281
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	442	408
Obrigações com o Estado - imobilizado e intangível	514	(273)
	1.075	416
Decréscimo/acréscimo nos ativos e passivos operacionais		
Outros créditos	41	(19)
Despesas antecipadas	14	(2)
Fornecedores	526	142
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	183	116
Obrigações tributárias	(4)	2
Projetos a executar - Contrato de Gestão	(1.577)	4.828
Caixa líquido gerado (consumido) das atividades operacionais	258	5.483
Das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(954)	(135)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(954)	(135)
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(696)	5.348
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.815	3.467
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.119	8.815
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(696)	5.348

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura - SP Leituras, também denominada "Associação" ou "SP Leituras", é uma Pessoa Jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 23 de junho de 2010, regida por seu estatuto social e pelas leis que lhe são aplicáveis, em especial a Lei Complementar nº 846, de 04 de junho de 1998, e o Decreto Estadual nº 43.493, de 29 de setembro de 1998.

A SP Leituras tem objetivos de natureza sociocultural, literária e educacional, consubstanciados na colaboração técnica, material e financeira para gerenciar equipamentos culturais, desenvolver programas, projetos, ações de incentivo, disseminação da leitura e literatura, ampliação, formação do público leitor, fomento e manutenção de espaços de leitura, de acordo com o artigo 2°, I, "a", da LC 846/98.

Para alcançar seus objetivos poderá a SP Leituras:

- a) Promover campanhas de esclarecimento junto à comunidade para fomentar a cultura de valorização da leitura, destacando sua importância na construção da cidadania, de modo a mobilizar a opinião pública para garantir acesso gratuito às coleções e espaços de leitura, bem como para participar ativamente das atividades;
- b) Desenvolver, realizar, patrocinar e promover cursos, conferências, seminários, debates, congressos e encontros de diversas naturezas que garantam o acesso da população à cultura, educação e cidadania ou que propiciem o intercâmbio entre profissionais, estudantes, entidades e Poder Público ligados às áreas de leitura, bibliotecas e correlatas;
- c) Promover o gosto pela leitura por meio da instalação e manutenção de espaços permanentes de leitura (bibliotecas e salas), assim como criar atividades voltadas para aproximar os cidadãos dos mais diferenciados suportes de escrita e leitura nestes equipamentos ou em espaços menos convencionais (parques, praças, unidades móveis, hospitais, entre outros);
- d) Executar ações de treinamento, capacitação, formação continuada e especialização técnica de recursos humanos nas áreas de leitura e biblioteca, incentivando a sua formação e desenvolvimento pessoal e profissional;
- e) Produzir, publicar e divulgar materiais impressos ou eletrônicos que contribuam para o incentivo à leitura, disseminação da literatura, apoio às atividades de mediação da leitura e/ou fortalecimento de bibliotecas e salas de leitura;
- f) Prestar serviços de apoio técnico através de acordos operacionais ou outra forma de ajuste, com instituições públicas e privadas, tanto nacionais quanto internacionais, no campo da pesquisa e implantação de projetos culturais voltados para os objetivos da SP Leituras;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

- g) Atuar junto aos poderes constituídos em âmbito federal, estadual, municipal, visando aperfeiçoar ou propor normas legais pertinentes a área de leitura e biblioteca;
- Estabelecer ajustes com o Poder Público e iniciativa privada para aquisição de acervo e divulgação do patrimônio de leitura e biblioteca do Estado e da SP Leituras;
- Manter ou auxiliar na manutenção do acervo cultural decorrente de seus objetivos;
- j) Firmar contratos, convênios, termos ou acordos com o Poder Público, em todos os níveis, ou com a iniciativa privada, para gestão e gerenciamento de equipamentos culturais e implantação e desenvolvimento de programas de governo na área de biblioteca e leitura;
- k) Gerenciar e explorar os imóveis e equipamentos, cujo uso lhes for permitido, utilizando-os exclusivamente para o fim especificado, vedado seu uso de forma diversa para qualquer outra finalidade, não podendo cedêlos ou transferi-los, no todo ou em parte, exceto quando expressamente autorizado pela autoridade competente, nos termos da legislação em vigor.

Atualmente, de acordo com o Contrato de Gestão firmado em 1º de abril de 2021 com a Secretaria da Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, a Associação é responsável pela gestão dos seguintes equipamentos, projetos e programas públicos:

- Biblioteca de São Paulo (BSP);
- Biblioteca Parque Villa-Lobos (BVL);
- Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de São Paulo (SisEB);
- Centro Cultural de Estudos Superiores Authos Paganos (CCAP);
- Biblioteca Pública Digital (BibliON).

Tanto a BSP quanto a BVL foram finalistas de prêmios internacionais de excelência no segmento. A instituição foi eleita, em 2021 pelo Instituto Doar, a melhor ONG do Brasil na categoria de Cultura e, pelo quarto ano consecutivo, uma das 100 Melhores ONGs do Brasil.

Criado para valorizar as organizações que se destacam no trabalho em prol da sociedade com boas práticas de gestão e transparência, o prêmio Melhores ONGs resulta de avaliação dos processos administrativos, contábeis, financeiros e de comunicação.

A revitalização e gestão da biblioteca corporativa de uma das maiores empresas públicas do Estado de São Paulo, a SABESP, e a gestão do acervo da biblioteca municipal de Votuporanga também estão sob a responsabilidade da SP Leituras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG "2002 (R2) - Entidades sem finalidades de lucros", também da NBC TG "1000 - Contabilidade para pequenas e médias empresas" para os aspectos não abordados pela ITG "2002 R1 - Entidade sem finalidade de lucros".

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Associação em 13 de março de 2023.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis, tais como premiações e seguros, não fazem parte do escopo de auditoria e consequentemente não foram auditados.

3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Associação é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, e exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua e são reconhecidas no exercício em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros, como por exemplo:

- Determinação da vida útil do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 5);
- Mensuração de provisões para contingências (Nota Explicativa nº 11).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

(c) Apuração do superávit/(déficit) e reconhecimento das receitas e despesas de recursos vinculados

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

Os Recursos vinculados compreendem valores recebidos pela Associação e que somente poderão ser utilizados em propósitos específicos, conforme determinado no Contrato de Gestão, mencionado na Nota Explicativa nº5. Estes recursos possuem como contrapartida a conta de projetos a executar. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão originados de contratos são registrados da seguinte forma:

- Recebimento dos recursos: quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de caixa e equivalentes de caixa e o crédito de projetos a executar no passivo circulante;
- Consumo como despesa: quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão, são reconhecidas as despesas correspondentes em contrapartida ao passivo circulante, e são reconhecidas as receitas de Contrato de Gestão em contrapartida ao débito do passivo de projetos a executar, simultaneamente e pelo mesmo valor;
- Rendimento de aplicações financeiras: quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras de recursos vinculados é reconhecido a débito de caixa e equivalentes de caixa e a crédito de receita financeira, e auferidos em projetos a executar no passivo circulante ao longo do exercício.

(d) Doações

As doações recebidas pela Associação são preponderantemente materiais bibliográficos (livros) e são registradas na ocasião de seu recebimento em conta de receita. Esses livros são distribuídos e contabilizados em despesas por valor semelhante ao de seu acolhimento.

(e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem os saldos de caixa, contas bancárias e aplicações financeiras, e são representados por valores de liquidez imediata e com vencimento original de até 90 dias, e com risco insignificante de mudança de valor. São apresentados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustados, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado, se inferior ao saldo contábil.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

(f) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação e mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A classificação, efetuada no reconhecimento inicial, depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram contratados.

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2021 e 2022.

(g) Imobilizado e intangível

Os itens do ativo imobilizado e intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação ou amortização acumulada, baseada no método linear de taxa com relação às vidas úteis estimadas, mencionadas na Nota Explicativa nº 5, e de perdas de redução ao valor recuperável (impairment), quando necessário.

A Associação reconhece seu ativo imobilizado e intangível vinculados em contrapartida à obrigação não circulante para com o Estado, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10.

(h) Avaliação ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Administração da Associação revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para "redução ao valor recuperável", ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

(i) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

(j) Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, deduzido do valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos e tendo como base, substancialmente, as vidas úteis estimadas não considerando o valor residual dos bens, uma vez que ao término do contrato de gestão, caso não ocorra sua renovação, os bens adquiridos com recursos do contrato e dos projetos realizados durante a vigência do contrato serão revertidos ao Estado, sem direito a indenização.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se ele for maior que seu valor recuperável estimado.

A associação reconhece seu ativo imobilizado e intangível vinculado em contrapartida à obrigação não circulante com o Estado.

(k) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

(I) Crédito de projetos a executar

Estão representados, substancialmente, pelos valores recebidos a título de patrocínio para execução dos projetos incentivados pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) e aprovado pela Secretaria Especial de Cultūra, e pelo contrato firmado em 31 de agosto de 2020, com a Sabesp.

Os montantes ainda não utilizados desses projetos ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada nos projetos, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação. Geralmente, os saldos remanescentes são transferidos para projetos de anos subsequentes após a aprovação, conforme o caso.

(m) Recursos do Contrato de Gestão

Estão representados pelos valores recebidos para aplicação em gastos do Contrato de Gestão nº 01.2021, que já foram assumidos compromissos financeiros como despesas antecipadas e outros créditos e que ainda não foi reconhecida a respectiva receita.

(n) Provisões

A provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a Associação tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

(o) Outros passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

Os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

(p) Patrimônio líquido

Constituído por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

(q) Apuração do superávit (déficit)

Os recursos provenientes do Contrato de Gestão, quando utilizados, ou seja, quando executado referido contrato, são reconhecidos no mês de competência como receita durante o exercício. Os recursos não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada.

Os recursos provenientes de patrocínios de lei de incentivos fiscais são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos; em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada nos projetos, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

As receitas de bens e direitos, de patrocínios não incentivados e contribuições associativas são reconhecidas por ocasião do seu efetivo recebimento.

A receita de cessão de espaço é reconhecida mensalmente pelo valor pactuado em contrato, sendo as mesmas realizadas por transferências bancárias.

As despesas com o contrato de gestão e com projetos, assim como as demais despesas e receitas, são contabilizadas observando o regime de competência do exercício.

(r) Acervo bibliográfico - mudança de prática contábil

A partir do exercício de 2012, a Associação adotou a prática contábil de reconhecimento dos itens referentes ao acervo bibliográfico, adquiridos para a Biblioteca, diretamente em despesas, conforme previsto no artigo 18 da Lei nº 10.753/2003 e na Portaria Conjunta STN/SOF nº 01/2011 (válida para 2012), para bibliotecas públicas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

(s) Impostos

A Associação é isenta do pagamento de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) sobre o lucro, e do pagamento da COFINS. Todavia, é devida a contribuição de 1% sobre a folha de pagamento mensal relativa ao PIS.

(t) Gerenciamento de risco

A Administração tem como procedimento identificar e analisar periodicamente os riscos enfrentados, e definir as ações a serem tomadas. A Associação apresenta exposição ao risco de liquidez, risco de não cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro, caso receba os recursos financeiros vinculados posteriormente à data prevista, parcialmente, ou não os receba por motivo de penalidade ou mudança de diretrizes da Secretaria de Cultura e Economia Criativa.

Além da constituição de fundos contratuais, a abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

(u) Receitas com trabalhos voluntários e parcerias

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R2) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação a partir do exercício de 2015 passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da Administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar.

Parcerias são possibilidades de maior oferta de serviços para nossos usuários, sócios das bibliotecas e profissionais da área de biblioteconomia, sendo mensurado ao seu valor justo também levando-se em consideração os montantes que a SP Leituras haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado.

As despesas com o contrato de gestão e com projetos, assim como as demais despesas e receitas são contabilizadas observando o regime de competência de exercícios.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

3. Caixa equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Fundo Fixo	6	4
Recurso não vinculado	-	284
Recursos vinculados	992	-
Fundo de reserva e contingência	7	160
Caixa e conta corrente	1.005	448
Fundo de reserva e contingência	2.764	1.702
Recurso não vinculado	406	2
Recursos vinculados	3.944	6.663
Aplicações financeiras	7.114	8.367
Caixa e equivalentes de caixa	8.119	8.815

Os recursos vinculados a projetos de Contrato de Gestão e leis de incentivo referem-se substancialmente a recursos recebidos, que serão utilizados exclusivamente nos projetos relacionados.

Os recursos não vinculados a projetos são substancialmente recebidos pela prestação de serviços de consultoria para o Projeto Sabesp e também por doações recebidas de pessoas físicas, que são utilizados para gastos não relacionados ao contrato de gestão, demais contratos e leis de incentivos vigentes.

As aplicações financeiras são, substancialmente, renda fixa referidas a taxa CDI, em condições usuais de mercado na data do balanço, de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Em 2022, as aplicações em fundos de investimento do Banco do Brasil S.A. tiveram remuneração aproximadamente de 83% e 90% da taxa CDI (79% e 88% da taxa CDI em 2021) respectivamente. Em atendimento às cláusulas do Contrato de Gestão, as aplicações financeiras são realizadas exclusivamente no Banco do Brasil.

Esses investimentos referem-se aos recursos recebidos da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, e o Contrato nº 4600033148 de Prestação de Serviço para o projeto Biblioteca Sabesp para utilização nos projetos previstos nos planos de trabalho e constituição de fundos conforme o Contrato de Gestão nº 01/2021, e também aos recursos recebidos pela prestação de serviços e doações não vinculados aos projetos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

4. Outros créditos (circulante e não circulante)

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos	64	99
Subvenções a receber	61	53
Deposito recursal	177	191
Seguro fiança	61_	61
	363	404
Curto prazo	302	343
Longo prazo	61	61
	363	404

5. Imobilizado e intangível

			31/12	/2022		31/12/2021
			Depre	ciação		
	Taxa a.a	Custo	Acumu	lada	Liquido	Liquido
Máquinas e equipamentos	10%	3.714		(2.741)	973	430
Instalações	10%	5		(5)	-	-
Móveis e utensílios	10%	3.389		(2.957)	432	540
Benfeitorias	10%	4.762		(4.338)	424	339
Imobilizado		11.870	(10.041)	1.829	1.309
Marcas e patentes		7		-	7	4
Software	20%	312		(284)	28	39
Intangível		319		(284)	35	43
		31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2022
Máquinas e equipamentos		3.014	700			3.714
Instalações		5	-	-	_	5
Móveis e utensílios		3.313	76	-	-	3.389
Benfeitorias		4.587	175	-	-	4.762
Marcas e patentes		4	3	-	-	7
Software		312	-	-	-	312
Custo		11.235	954	-	-	12.189
Máquinas e equipamentos		(2.584)	(157)	-	-	(2.741)
Instalações		(5)	-	-	-	(5)
Móveis e utensílios		(2.773)	(184)	-	-	(2.957)
Benfeitorias		(4.248)	(90)	-	-	(4.338)
Software		(273)	(11)		-	(284)
Depreciação/Amortização a	cumulada	(9.883)	(442)	-	-	(10.325)
		1.352	512		-	1.864

O ativo imobilizado e intangível da Associação está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente em suas atividades vinculadas ao Contrato de Gestão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Em 2011, além das aquisições realizadas no período, foram recebidos em forma de transferência da Secretaria da Cultura e Economia Criativa, itens de imobilizado e intangível referentes à Biblioteca de São Paulo, administrada anteriormente por outra Organização Social, os quais foram reconhecidos em contrapartida à conta de obrigações com o Estado, no passivo não circulante.

As adições ocorridas posteriormente foram necessárias para a continuidade das atividades de operacionalização dos projetos e para atendimento ao Contrato de Gestão. A Administração da Associação deve comunicar à unidade gestora da Secretaria da Cultura e Economia Criativa, todas as aquisições de imobilizado e intangível, no prazo de 30 dias após sua ocorrência. Em 2022, recebemos a equipe do Centro de Almoxarifado e Patrimônio da SECEC, para vistoria e levantamento de todos os bens adquiridos pela SP Leituras, juntamente com os bens recebidos da SECEC na assinatura do primeiro contrato de gestão assinado em 1º de abril de 2011.

6. Fornecedores e outras contas a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	1.113	580
Seguros	-	5
Adiantamentos	-	2
	1.113	587

7. Obrigações trabalhistas e encargos sociais

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de férias e encargos	930	755
Salários a pagar	-	16
INSS a recolher	191	156
FGTS a recolher	65	51
PIS a recolher	8	6
IRRF	118	81
Outros	13	77
	1.325	1.142

8. Obrigações tributárias

31/12/2022	31/12/2021
34	25
16	31
6	6
4	2
60	64
	34 16 6 4

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

9. Projetos a executar

Em 2022, as movimentações incorridas nas execuções dos projetos foram as seguintes:

				Devolução					
Projetos	31/12/2021	Repasses	Captações	de verba	Rendimentos	Execução	Imobilizado	Outras	31/12/2022
Contrato de gestão (01/2021)	6.371	22.713	-	(27)	1.453	(26.081)	(510)	158	4.077
Plano anual - PRONAC 204209	380	-	583	-	39	(9)	-	-	993
Votuporanga	158	-	-	-	13	(9)	-	(54)	108
SABESP	84	710			17_	(569)	(4)		238
	6.993	23.423	583	(27)	1.522	(26.668)	(514)	104	5.416

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

- Captação de recursos: referem-se aos montantes captados como contrapartida do Contrato de Gestão nº 01.2021 para a realização da cessão de espaço dos equipamentos gerenciados pela organização ao longo do exercício;
- Receitas financeiras: referem-se ao rendimento bruto das aplicações financeiras dos recursos vinculados que são reconhecidos no ativo em contrapartida ao resultado financeiro, e auferidos ao longo do exercício em projetos a executar;
- Gastos realizados (consumo): referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos e programas ao longo do exercício, previsto no plano de trabalho de 2022.

10. Obrigações com o Estado - imobilizado e intangível

A Administração da Associação adota como critério para reconhecimento de obrigação de longo prazo para com o Estado, o registro de valor equivalente ao montante líquido de seu ativo imobilizado e intangível vinculado ao Contrato de Gestão.

O saldo da rubrica é aumentado em contrapartida de lançamento na rubrica de projetos a executar no passivo circulante, sempre que há nova aquisição, e reduzido em contrapartida das rubricas de despesa de depreciação e amortização.

			31/12/2021			
			Depreciação			
	Taxa a.a	Custo	Acumulada	Liquido	Liquido	
Máquinas e equipamentos	10%	3.703	(2.735)	968	423	
Instalações	10%	5	(5)	-	-	
Móveis e utensílios	10%	3.389	(2.957)	432	540	
Benfeitorias	10%	4.762	(4.338)	424	339	
Imobilizado		11.859	(10.035)	1.824	1.302	
Marcas e patentes		7	-	7	4	
Software	20%	312	(284)	28	39	
Intangível		319	(284)	35	43	
			- -	1.859	1.345	

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2022
Máquinas e equipamentos	3.003	700	-	-	3.703
Instalações	5	-	-	-	5
Móveis e utensílios	3.313	76	-	-	3.389
Benfeitorias	4.587	175	-	-	4.762
Marcas e patentes	4	3	-	-	7
Software	312	-	-	-	312
Custo	11.224	954	-	-	12.178
Máquinas e equipamentos	(2.580)	(155)	-	-	(2.735)
Instalações	(5)	-	-	-	(5)
Móveis e utensílios	(2.773)	(184)	-	-	(2.957)
Benfeitorias	(4.248)	(90)	-	-	(4.338)
Software	(273)	(11)	-	-	(284)
Depreciação/Amortização acumulada	(9.879)	(440)	-	-	(10.319)
	1.345	514			1.859

11. Provisão para riscos processuais

A Associação é parte em processos administrativos e judiciais, dentre os quais a Administração, apoiada na opinião de seus consultores jurídicos estabelece o registro e divulgação dos referidos processos em suas demonstrações contábeis. Durante o exercício de 2022, a Administração da Associação julga que a provisão para contingências é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

	31/12/2022	31/12/2021
Contingências trabalhistas	202	202
	202	202

a) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A SP Leituras - Associação Paulista de Bibliotecas e Leituras conhece o que dispõe o artigo 3º da Lei nº 16.127/2015, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 16.757, de 14 de novembro de 2017, entendendo que as atividades materializadas em razão do Contrato de Gestão celebrado com o Governo do Estado de São Paulo não representam uma prestação de serviços, propriamente dita, mas uma extensão das ações do próprio Estado, de forma que não é devido o recolhimento de ISS (Imposto sobre prestação de serviços). Além disso, entende que a SP Leituras - Associação Paulista de Bibliotecas e Leituras é responsável pela gestão e operacionalização de equipamentos culturais, desenvolver programas, projetos, ações de incentivo, disseminação da leitura e literatura, ampliação, formação do público leitor, fomento e manutenção de espaços de leitura, devendo ser observada, nessa hipótese, a redação do artigo 150, inciso IV, alínea 'c' da Constituição Federal.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Os assessores jurídicos classificam as chances de questionamento e necessidade de recolhimento do imposto de "ISS" como possível. Em razão disso, não se trata de uma provisão contábil.

b) Ações com risco de perda possível

Em 31 de dezembro de 2022, a entidade registrava processos cuja probabilidade de perda no montante de R\$ 2.763 (R\$ 142 em 2021) é considerada possível por seus assessores jurídicos. Por esse motivo, a administração não lançou esse valor nas demonstrações financeiras da entidade.

c) Análise de prestação de contas

A organização recebe anualmente o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para análises das prestações de contas dos valores repassados para a organização através do Contrato de Gestão com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa.

Referente ao Contrato de Gestão 03.2016 as contas dos exercícios de 2016 a 2020, foram aprovadas e publicadas no diário oficial. O exercício de 2021 encontra-se em verificação pelo Tribunal de Contas do Estado.

12. Salários encargos e benefícios

31/12/2022	31/12/2021
5.540	4.482
1.980	1.951
1.640	996
559	716
499	639
19	24
102	131
60	77
29	36
10.428	9.052
	5.540 1.980 1.640 559 499 19 102 60 29

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

13. Serviços prestados por terceiros

	31/12/2022	31/12/2021
Contábil	210	178
Jurídico	252	132
Auditoria	35	59
Conservação e limpeza	932	863
Portaria	899	950
Segurança	300	276
Consultoria e assessoria	295	548
Outros	53	35
	2.976	3.041

14. Licença de uso de plataforma | licença de uso de acervo

A BibliON - biblioteca pública digital, para cumprir com seus objetivos oferecendo recursos e serviços a toda comunidade, reuniu, sistematizou e disponibilizou informações existentes em acervos bibliográficos e conteúdos digitais. Para a continuidade e a melhoria dos serviços mencionados acima é imprescindível a aquisição contínua de licença de uso de conteúdos digitais (livros e conteúdo em áudio e imagem) em acordo com a política de desenvolvimento de coleções. A empresa Primasoft Informática Ltda, foi contratada para disponibilizar a licença de uso da plataforma Odilo e também a licença de uso dos conteúdos digitais.

	31/12/2022	31/12/2021
Licença de uso de plataforma licença de uso de acervo	4.454	293
	4.454	293

15. Gerais e administrativas

	31/12/2022		31/12/2021
Locação de imóveis	320	•'	295
Seguros	87		6
Uniformes e EPIs	30		11
Viagens e estadias	6		4
Material de consumo e escritório	145		184
Doações de livros	238		110
Despesas diversas	197		13
	1.023		623

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

16. Programação cultural

	31/12/2022	31/12/2021
Permanentes	293	300
Oficinas	100	82
Cursos	221	19
Eventos	1.832	81
Circuito de cursos e palestras	109	-
Seminario internacional de bibliotecas	349	9
Praler	84	103
Publicações	141	28
Pesquisas de qualidade	136	49
Grupos de estudo	7	-
Premio SP de Literatura	-	32
Viagem literária	210	332
Capacitações	44	98
Capacitações virtuais	30	-
Comunicação	1.766	243
	5.322	1.376

17. Trabalho voluntário | parcerias

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalho voluntário	43	69
Parcerias	30	475
	73	544

As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida as despesas operacionais também no resultado do exercício. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Associação registrou o montante de R\$ 43 referente a trabalhos voluntários.

Para o Exercício de 2022 houve participação de 10 conselheiros, sendo que cada um realizou 55 horas de voluntariado, totalizando 550 horas de trabalho voluntário.

Cargo	Quantidade	Salário referência (R\$/mil)	Salário hora (220hs/mês) (R\$/mil)	Total de horas no exercício	Total (R\$/mil)
Presidente do Conselho	1	22	0,10	55	6
Vice-presidente do Conselho	1	19	0,09	55	4
Conselheiro (fiscal)	1	13	0,06	55	3
Conselheiro (administração)	7	17	0,08	385	30
Total				550	43

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

A receita de parceria está representada pelo acesso ao acervo digital de áudio livros e e-books disponibilizados em site específico da TOCALIVROS, um portal digital desenvolvido especialmente para esta parceria com a Tocalivros e também o Programa Ibero americano de Bibliotecas Públicas, Iberbibliotecas - com objetivo de realizar a formação gratuita, por meio de Ensino a Distância (EaD), de até 360 profissionais que atuam em bibliotecas públicas e comunitárias brasileiras, com o compartilhamento de teorias, práticas, metodologias e experiências para a implementação e desenvolvimento de clubes de leitura virtuais e presenciais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Associação registrou o montante de R\$ 30 referente a parcerias.

18. Partes relacionadas

A Associação não contratou para a realização de atividades e serviços relativos aos programas e projetos, durante os exercícios de 2022 e 2021, nenhum de seus conselheiros, diretores, empregados, colaboradores habituais, e seus parentes, consanguíneos ou afins até o terceiro grau do Governador do Estado, Vice-Governador do Estado e Secretários, nem sofreu intervenção da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, demais órgãos do Estado, nessas contratações ou para qualquer outro direcionamento de recursos.

19. Remuneração dos administradores e benefícios a empregados

Os Administradores da Associação são contratados sob o regime CLT, e remunerados por meio de salários, que estão apresentados na rubrica "despesas com pessoal", no resultado do exercício. Os valores pagos para os administradores durante o exercício de 2022 foi de R\$ 1.095 (R\$ 987 em 2021). Não há remuneração, direta ou indireta, de conselheiros, e não há plano de pensão, previdência privada, ou benefício pós-emprego, de rescisão de contrato, ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e empregados.

Adicionalmente, a Associação também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de bônus ou de participações.

20. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Associação possuía apenas instrumentos financeiros não derivativos que correspondem às aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários mencionados nas Notas Explicativas nº 3.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

21. Avais, fianças e garantias

A Associação não prestou garantias durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e não possuía quaisquer transações como interveniente garantidora, exceto pelo título de capitalização, mencionado na Nota Explicativa nº 4, utilizado para garantia do aluguel do imóvel que abriga o pessoal do administrativo, SisEB e BibliON.

22. Cobertura de seguros (não auditado)

A Administração da Associação adota a política de contratar cobertura determinadas de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidos por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido.

- Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza;
- Danos elétricos;
- Danos por água;
- Equipamentos eletrônicos sem roubo;
- Equipamentos móveis;
- Roubo ou furto qualificado de valores em trânsito fora do estabelecimento;
- Roubo de valores no interior das dependências do segurado;
- Roubo e furto qualificado de bens nas dependências do segurado;
- Vendaval;

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As coberturas de seguros contratadas (locais: Sede - Rua Faustolo, 576 - Água Branca - São Paulo | BSP - Av. Cruzeiro do Sul, 2.630 - Santana - São Paulo | BVL - Av. Queiroz Filho, 1.205 - Alto de Pinheiros - São Paulo | CCAP - Rua Tomé de Souza, 997 - Lapa - São Paulo).

23. Demandas judiciais

A Associação é parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos do poder judiciário, surgidos no curso normal das operações, em 31 de dezembro de 2022, tais ações estavam classificadas como risco de perda possível.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

24. Aspectos fiscais (renúncias fiscais)

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objeto da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as receitas próprias;
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza);
- Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos (ITCMD);
- IRPJ e CSLL.

Em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, esta goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186, de 02 de setembro de 1975, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 e artigo 195 da Constituição Federal.

COFINS sobre as receitas próprias

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Associação é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias de acordo com a Lei nº 9.718/98.

Com base na Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, que dispôs, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, serem isentas dessa contribuição as receitas relativas às atividades próprias das instituições de caráter cultural a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532/97.

Após publicação do Decreto nº 8.426/2015, que revogou o Decreto anterior nº 5.442/2005, as receitas sobre aplicações financeiras passaram a ser devidas e são recolhidas pela Associação.

ISSQN

A Associação recolhe ISS sobre serviços prestados, além das retenções de terceiros.

Em 14 de novembro de 2017 foi aprovada a Lei nº 16.757/2017 que determinou para as OS's estabelecidas no município de São Paulo a isenção de apenas 60% do imposto devido e fixou a alíquota efetiva mínima em 2%, exigível a partir de 2018. A partir de 2019 a SP Leituras protocola no site da prefeitura de São Paulo a autodeclaração de imunidade afim de não efetuar o recolhimento do ISS sobre o repasse do contrato de gestão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Em 26 de novembro de 2021, foi promulgada lei municipal nº 17.719, artigo 39, que regulamentou a não incidência de ISS sobre recursos repassados pelo Poder Público no âmbito de Contratos de Gestão celebrados com a Administração Pública da União, Estado ou Município, com pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, qualificadas como organizações sociais da área da cultura, como a Associação.

Em 2022, a SP Leituras recebeu a cobrança da multa por suposto descumprimento de obrigação acessória, decorrente da fiscalização que gerou os lançamentos dos débitos de ISS relativos aos contratos de gestão.

Seguindo a recomendação proposta pelos seus assessores jurídicos, a SP Leituras ajuizou uma Ação Ordinária contestando a cobrança. Em 04 de agosto, foi proferida decisão do Juiz concedendo a tutela de urgência para determinar a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários de "ISS" objeto Autos de Infração com vistas ao reconhecimento do seu direito de (i) gozar da imunidade tributária conferida pelo artigo 150, VI, "c", da Constituição Federal.

O pedido de tutela de urgência de natureza antecipada, teve como finalidade a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários de "ISS" objetos das Execuções Fiscais

Atualmente, referido processo judicial está em fase de produção de prova pericial.

ITCMD - Imposto Transmissão Causa Mortis Doação

Em 06 de abril de 2022 a Associação ingressou com pedido de isenção do ITCMD junto a Secretaria de Estado da Fazenda, sendo concedida isenção para o período de 30 de novembro de 2022 a 30 de novembro de 2025.

PIS

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a instituição tem por obrigação o recolhimento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

As declarações de rendimentos da Associação estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, inclusive aqueles decorrentes da contratação de prestadores de serviços, estão sujeitos a exame e aprovação final pelas Autoridades Fiscais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

25. Eventos subsequentes

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa consequiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. Como resultado do acima, avaliamos, em conjunto com nossos assessores jurídicos, o histórico de processos tributários, não se limitando à matéria tratada na ADI 15, mas em busca de outras que possam ser afetadas pela decisão do STF do dia 08 de fevereiro de 2023 e, como resultado desta avaliação, em consonância com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, CPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC 24/IAS 10 Eventos Subsequentes, não identificamos acões sujeitas aos impactos da decisão do STF conforme acima e, portanto, concluímos não haver impactos em nossas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2022.

Ademais, não observamos nenhum evento subsequente entre o encerramento contábil e emissão deste documento que ensejasse menção nestas notas explicativas.

Pierre André Ruprecht
Diretor Executivo

Miguel Martin Gutierrez Filho
Diretor Administrativo-Financeiro

Rogério Gerlah Paganatto
Contador
1SP131987/0-3